

15/05/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 108.351 RIO GRANDE DO SUL

RELATORA	: MIN. ROSA WEBER
PACTE.(S)	: ROGÉRIO DA SILVA RAMOS
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### EMENTA

HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. VALOR CONSIDERÁVEL DO BEM OBJETO DA TENTATIVA DE FURTO. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. REPROVABILIDADE DA CONDUTA.

A pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada, em casos de pequeno furto, considerando não só o valor do bem subtraído, mas igualmente outros aspectos relevantes da conduta imputada, segundo a jurisprudência desta Casa.

Não tem pertinência o princípio da insignificância se o crime de furto é praticado mediante abordagem de inopino e agressiva da vítima, ainda que sem caracterizar violência ou grave ameaça.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em indeferir a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da relatora.

Brasília, 15 de maio de 2012.

Ministra Rosa Weber  
Relatora

**HC 108.351 / RS**

15/05/2012

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 108.351 RIO GRANDE DO SUL**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. ROSA WEBER</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: ROGÉRIO DA SILVA RAMOS</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

**RELATÓRIO**

**A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):** Trata-se de *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de Rogério da Silva Ramos contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça proferido no HC 175.262/RS.

Narra a inicial que o paciente foi denunciado pela suposta prática de tentativa de furto de uma bolsa de couro preta contendo um celular e um carregador, avaliados conjuntamente em R\$ 379,00 (trezentos e setenta e nove reais). O magistrado de primeiro grau rejeitou a denúncia pela atipicidade da conduta, com fundamento no princípio da insignificância.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deu provimento ao apelo ministerial e determinou o recebimento da denúncia em desfavor do acusado.

Irresignado, o paciente impetrou o HC 175.262/RS no Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem. Daí a presente impetração.

Neste *habeas corpus*, a Defensoria Pública da União sustenta atipicidade da conduta pela aplicação do princípio da insignificância. Enfatiza a irrelevância da reincidência delitiva na caracterização do crime de bagatela. Requer, outrossim, o trancamento da ação penal ou o reconhecimento da atipicidade da conduta do paciente.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra do Subprocurador-Geral da República Mario José Gisi, manifestou-se pela denegação da ordem.

**É o relatório.**

15/05/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 108.351 RIO GRANDE DO SUL

**V O T O**

**A Senhora Ministra Rosa Weber (Relatora):** O presente *habeas corpus* diz com a aplicação – ou não – do princípio da insignificância ao caso concreto.

Conforme relata a denúncia, o paciente foi preso em flagrante, em 18 de outubro de 2009, ao tentar furtar a bolsa, com celular e carregador, de Lorena Pereira em um ponto de ônibus localizado no centro de Caxias do Sul/RS. Após ser abordada pelo paciente, a vítima gritou por socorro, ocasionando a prisão do acusado por populares e a restituição dos bens à vítima.

Transcrevo a descrição da conduta constante na denúncia:

*“No dia 18 de outubro de 2009, por volta das 10h, na parada de ônibus da Garagem Ópera, localizada na Rua Pinheiro Machado, Centro, nesta cidade, o denunciado deu início ao ato de subtrair, para si, uma bolsa de couro preta e um celular marca LG, com MP3, conforme autos de apreensão e de avaliação das fls. 14 e 28 do inquérito policial, pertencentes à vítima Lorena Pereira.*

*Na oportunidade, o denunciado passou pela vítima, pegou sua bolsa e saiu correndo, tendo a mesma ficado gritando por socorro.”*

Os bens objeto da tentativa de furto, uma bolsa contendo celular e carregador, avaliados em R\$ 379,00 (trezentos e setenta e nove reais), teriam valor inferior ao do salário mínimo vigente à época dos fatos, de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Esta Suprema Corte, a princípio, tem admitido a aplicação do princípio da insignificância em casos envolvendo crimes de pequena dimensão.

A conduta delitiva seria tão diminuta que não afetaria materialmente o bem jurídico protegido pela norma penal, sendo atípica da perspectiva material.

Tal entendimento encontra-se consubstanciado em diversos acórdãos desta Suprema Corte:

**HC 108.351 / RS**

*“A tipicidade penal não pode ser percebida como o trivial exercício de adequação do fato concreto à norma abstrata. Além da correspondência formal, para a configuração da tipicidade, é necessária análise materialmente valorativa das circunstâncias do caso concreto, no sentido de se verificar a ocorrência de alguma lesão grave, contundente e penalmente relevante do bem jurídico tutelado.” (HC 109.739/SP – Rel. Min. Carmen Lúcia – 1ª Turma do STF – un. – j. 13.12.2011 – Dje-032, de 13.02.2012)*

*“O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Doutrina. Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.” (RHC 107264/DF – Rel. Min. Celso de Mello – 2ª Turma – un. – j. 19.04.2011 – Dje-232, de 06/12/2011)*

A doutrina majoritária também tem se posicionado no sentido de que o princípio da insignificância afeta a tipicidade material. Por todos, considerando a torrencial doutrina existente sobre o tema, cito o eminente e saudoso Ministro Francisco de Assis Toledo:

*“Note-se que a gradação qualitativa e quantitativa do injusto referida inicialmente (supra, n. 123), permite que o fato penalmente insignificante seja excluído da tipicidade penal, mas possa receber tratamento adequado – se necessário – como ilícito civil, administrativo etc., quando assim o exigirem preceitos legais ou*

**HC 108.351 / RS**

*regulamentares extrapenais.” (TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de Direito Penal. 5ª ed. São Paulo, Saraiva, 2002, p. 134).*

O princípio da insignificância também pode ser invocado como decorrência dos princípios da proporcionalidade ou da razoabilidade. Impor prisão ou condenação criminal por crimes de diminuta dimensão não se justificaria por sua desproporcionalidade.

Invocando a insignificância como consequência do princípio da proporcionalidade, encontram-se alguns julgados desta Corte, entre eles o seguinte da lavra do eminente Ministro Ayres Britto:

*“Reiteradas vezes este Supremo Tribunal Federal debateu o tema da insignificância penal. Oportunidades em que me posicionei pelo reconhecimento da insignificância penal como expressão de um necessário juízo de razoabilidade e proporcionalidade de condutas que, embora formalmente encaixadas no molde legal-punitivo, materialmente escapam desse encaixe.” (HC 109.277/SE – Rel. Min. Ayres Britto – 2ª Turma – un. – j. 13.12.2011 – DJe-036, de 17.2.2012).*

De todo modo, qualquer que seja a base jurídica para a aplicação do princípio da insignificância, a pontual atenuação do rigor da lei em crimes de diminuta expressão é medida necessária sob pena da criação de situações de acentuada injustiça e da incômoda sensação de identificação da Justiça e do acusado com os personagens literários Inspetor Javert e Jean Valjean, da obra imortal de Victor Hugo.

No caso presente, porém, não tem lugar o princípio da insignificância.

O valor do bem furtado, trezentos e setenta e nove reais, é superior a 80% do salário mínimo vigente à época do delito (R\$ 465,00).

O valor não é tão inexpressivo se considerado o salário mínimo vigente ao tempo do fato.

Tampouco relevante o fato de os objetos terem sido restituídos à

**HC 108.351 / RS**

vítima após a prisão em flagrante, porquanto isso ocorreu independentemente da vontade do paciente, que foi apanhado por terceiros diante dos gritos de socorro da vítima.

Entretanto, o que impede o reconhecimento do princípio são principalmente as demais circunstâncias da conduta, especificamente a sua prática mediante abordagem de inopino e agressiva da vítima. Com efeito, consta que a vítima estava na parada de ônibus, quando o paciente passou correndo e agarrou a bolsa dela, retirando-se a de sua posse. Embora o fato não caracterize propriamente violência ou grave ameaça, não deixa de evidenciar a agressividade do paciente em relação à vítima.

Houve, portanto, não só a lesão patrimonial, mas igualmente violação, pela abordagem agressiva, da integridade física e emocional da vítima.

Merece assim a conduta juízo de maior censura, por suas consequências e também por revelar maior culpabilidade do agente.

Nesse contexto, não tem relevância a existência ou não de registros criminais pretéritos contra o paciente.

Observo, porém, em vista da jurisprudência desta Turma, que consta certidão de antecedentes com múltiplas condenações, pelos mais diversos crimes.

Assim, a pertinência do princípio da insignificância deve ser avaliada, em casos de pequenos furtos, considerando não só o valor do bem subtraído, mas igualmente outros aspectos relevantes da conduta imputada.

No presente caso, diante das circunstâncias concretas da conduta, vislumbro inviável reputá-la insignificante.

Ante o exposto, **denego a ordem.**

**É como voto.**

**15/05/2012**

**PRIMEIRA TURMA**

**HABEAS CORPUS 108.351 RIO GRANDE DO SUL**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) –  
Nesses casos, venho sustentando que é figura típica o furto privilegiado, quando a coisa tem um baixo valor e o agente é primário. O juiz, inclusive, pode deixar de aplicar a pena restritiva da liberdade – artigo 155, § 2º, do Código Penal.

Acompanho a relatora.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 108.351**

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

**RELATORA : MIN. ROSA WEBER**

PACTE.(S) : ROGÉRIO DA SILVA RAMOS

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** A Turma indeferiu a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Marco Aurélio. Ausente, por motivo de viagem oficial em representação à esta Suprema Corte, o Senhor Ministro Dias Toffoli, Presidente. 1ª Turma, 15.5.2012.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Cármen Lúcia, Luiz Fux e Rosa Weber. Ausente, por motivo de viagem oficial em representação à esta Suprema Corte, o Senhor Ministro Dias Toffoli, Presidente.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner Mathias.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma